



Cenários possíveis para a Amazônia no contexto das eleições brasileiras de 2022



IPAM
Amazônia

#AmazonieAsEleições



Amazonie as eleições

O desmatamento da Amazônia gera impactos socioambientais e climáticos em âmbitos nacional e global – e as eleições de 2022 serão chave para definir o futuro da região e do mundo. Neste cenário, o **Amazoniar**, iniciativa do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) para promover um diálogo global sobre a Amazônia, reúne nesta publicação informações-chave para que todos os brasileiros possam compreender melhor o atual contexto amazônico e algumas das possíveis soluções para o desenvolvimento sustentável da região.

A Amazônia Legal, parte da floresta localizada no território brasileiro, equivale a 58,9% do território do país [1] e está presente em nove estados. As eleições deste ano colocam em jogo o futuro da conservação da floresta, da qualidade de vida de todo o planeta, e do posicionamento geopolítico do Brasil e suas oportunidades econômicas e estratégicas.

As eleições também colocam em evidência a enorme possibilidade de avançar com uma agenda que agregue valor à biodiversidade e à floresta em pé; que promova a inclusão social, sobretudo de populações locais tradicionais e indígenas; e que crie oportunidades de geração de renda e empregos “verdes”. Em perspectiva global, a proteção da Amazônia é crucial para assegurar o equilíbrio climático e a habitabilidade da Terra a curto, médio e longo prazo.

A seguir, apresentamos dados sobre a Amazônia junto com dois cenários preditivos, para o futuro da floresta e da geopolítica ambiental brasileira após as eleições de 2022. As informações foram divididas em três dimensões: (1) desmatamento, (2) qualidade de vida e (3) geopolítica.

1. Desmatamento

A Amazônia é um imenso sumidouro de gases de efeito estufa (GEE). Num contexto mundial de emergência climática, é fundamental que estes gases não sejam liberados na atmosfera, pois eles intensificam as mudanças climáticas, contribuindo para o aumento da temperatura global, do nível do mar e da incidência de extremos de seca e enchentes. **A floresta em pé presta serviços ambientais e ecológicos: é ela que garante a qualidade do solo, dos estoques de água doce e a manutenção do equilíbrio climático, colaborando com o bem-estar humano e provendo segurança alimentar e energética.** Além disso, a Amazônia abriga mais da metade da biodiversidade de todo o planeta, e o desmatamento representa uma ameaça à fauna, à flora e às populações que a habitam - como os povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos produtores [2].

Estudos recentes comprovam que **o desmatamento da Amazônia pode resultar no chamado “agrossuicídio”**. Isso significa que a expansão das fronteiras agrícolas, por meio da remoção de vegetação nativa, reduz a umidade e as chuvas da região, e essa alteração nos ciclos hídricos e hidrológicos prejudica a produção de alimentos. Esse fenômeno representaria um grande impacto econômico ao setor agrícola: estima-se que o desmatamento, no ritmo atual, pode causar perdas agrícolas de cerca de 1 bilhão de dólares anualmente até 2050. Além disso, comprometeria a segurança alimentar da população brasileira [3].

Estamos chegando cada vez mais rápido ao chamado ponto de inflexão da Amazônia, ou seja, uma situação de não retorno da floresta. Esse ponto é causado pelas mudanças climáticas e pelo aumento de desmatamento que degradam algumas partes da Amazônia, processo que já leva à **perda da biodiversidade** e à **liberação de grandes quantidades de carbono**. Cientistas alertam para sinais de que este ponto de inflexão está muito mais próximo do que se imaginava. Para reverter esse cenário, é preciso acabar com o desmatamento, reflorestar e restaurar áreas, além de implementar uma transição rumo a atividades econômicas verdes e de baixo carbono [4].

Estratégias como a intensificação e conversão para produção em áreas já abertas, além da restauração de áreas degradadas, são essenciais no combate ao desmatamento na região.

É um direito de todos os brasileiros - assegurado pelo artigo 225 da Constituição Federal - um **“meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”**. Assim, é um dever do Poder Público e da coletividade “defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” [5]. É fundamental que o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, garanta a integridade e o equilíbrio das funções ecológicas e ecossistêmicas.

Entretanto, de acordo com o IPAM, entre 2019 e 2022 o desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% em relação ao período de 2016-2018. **Desde 2018, houve aumentos consecutivos do desmatamento na região, que vem batendo recordes anualmente.** Estudos mostram que 51% do desmatamento do último triênio ocorreu em terras públicas [6], e a derrubada em áreas protegidas - como Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) - aumentou em 80%. Tais dados são **consequências do desmonte da política ambiental no Brasil**, evidenciadas pela falta de fiscalização e controle por parte do governo [7].

Como o fogo é a forma mais barata e rápida de limpar um terreno recém-desmatado, a relação entre desmatamento e fogo na Amazônia é direta: quanto mais alta é a taxa de desmatamento na Amazônia, maior será o uso do fogo na região, e vice-versa [8]. **O fogo é o principal fator de degradação florestal na região** e estima-se que as florestas afetadas estocam 25% menos carbono do que as intactas [9]. Ainda, em 2021, cientistas confirmaram que partes da Amazônia estão emitindo mais carbono do que podem absorver. Isso ocorre porque o fogo emite mais do que o crescimento de novas árvores é capaz de reter [10]. Fato curioso é que a Amazônia, por ser um bioma muito úmido, não pega fogo naturalmente - apenas raras vezes, a cada 500 anos ou mais. Ou seja, as queimadas anuais registradas na região são consequências de ação humana. Além disso, a fumaça decorrente **é prejudicial não apenas à biodiversidade florestal, mas também à saúde humana**, pois causa problemas respiratórios. Esse fato somado à pandemia do Covid-19 agravou ainda mais a situação de sobrecarga do sistema de saúde pública da região na época das queimadas [11].

Apesar de mais de 90% do desmatamento na Amazônia ser ilegal [12], falar de desmatamento zero engloba acabar com o que é feito em âmbito legal também. O novo Código Florestal brasileiro, em vigor desde 2012, dita que o montante de reserva legal que uma propriedade deve manter na Amazônia é

de 20%. Ou seja, legalmente, ainda é possível desmatar 11.3 Mha (milhões de hectares) na Amazônia brasileira [13]. Incentivos financeiros, o fomento da bioeconomia e do empreendedorismo de base florestal, e a construção de acordos multissetoriais e de uma governança ambiental estruturada são possíveis estratégias para combater o desmatamento legal.

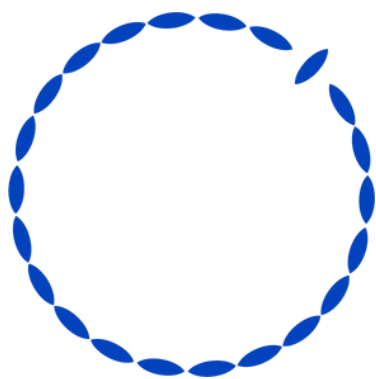
O Brasil já mostrou que o combate ao desmatamento na Amazônia aliado ao crescimento econômico é possível e eficaz, uma vez que haja investimentos em políticas públicas, acordos privados e sistemas de monitoramento [14]. Conhecido como uma “política de Estado” por ter tido continuidade ao longo de diferentes governos, o **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)** prova que o Brasil sabe como combater o desmatamento. Entre 2004 (quando foi implementado) e 2012, o programa **conseguiu reduzir em 83% o desmatamento na Amazônia** por meio de sua atuação abrangente e integrada que envolvia mais de 10 ministérios e possuía três eixos de atuação. O Brasil se tornou referência mundial na área ambiental e monitoramento de florestas, atraindo investimentos internacionais para seguir combatendo o desmatamento da região.



Créditos: Bruno Kelly

Na época, foi criado o **Fundo Amazônia** para captar doações internacionais para a proteção do bioma, para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável na Amazônia Legal [15]. Porém, em 2012, com a redução do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, a aprovação do novo Código Florestal - mais permissivo do que a lei original - e alterações na ordem política, os níveis de desmatamento voltaram a aumentar (ainda em patamares menores do que os observados hoje). Em 2018, o PPCDAm foi arquivado e o Fundo Amazônia teve seu recurso de cerca de R\$3 bilhões travado [16].

Outra estratégia de combate ao desmatamento é a **construção de alianças internacionais e compromissos multissetoriais**. O principal exemplo é a Moratória da Soja, acordo voluntário coletivo em vigor desde 2008, em que parte do setor privado - nacional e internacional -, com o apoio da sociedade civil e, posteriormente, do governo brasileiro, comprometeu-se a não comprar soja associada ao desmatamento na Amazônia Legal. A aliança resultou na redução de desmatamento ligado à produção do grão na região [17].



**Para além do governo federal,
as eleições estaduais também
têm importante peso no
futuro da floresta em pé.**

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal é uma autarquia composta por todos os estados da Amazônia, que atua visando **avançar de forma coordenada e integrada o desenvolvimento sustentável da região** [18]. Através de políticas públicas e ações conjuntas, os estados têm o poder de combater o desmatamento e manter o país mais próximo de alcançar as metas assumidas no Acordo de Paris. Na COP 26, os governos subnacionais da Amazônia tiveram protagonismo no combate às mudanças climáticas [19].

Ainda, no Congresso Nacional há alguns projetos de lei na pauta que, se aprovados, causarão impactos negativos para a Amazônia. As eleições para o Legislativo também são determinantes para o futuro da floresta em pé, já que tem o poder de criar propostas de leis e alterar legislações vigentes. São exemplos de PLs em tramitação que podem intensificar os problemas socioambientais na região:

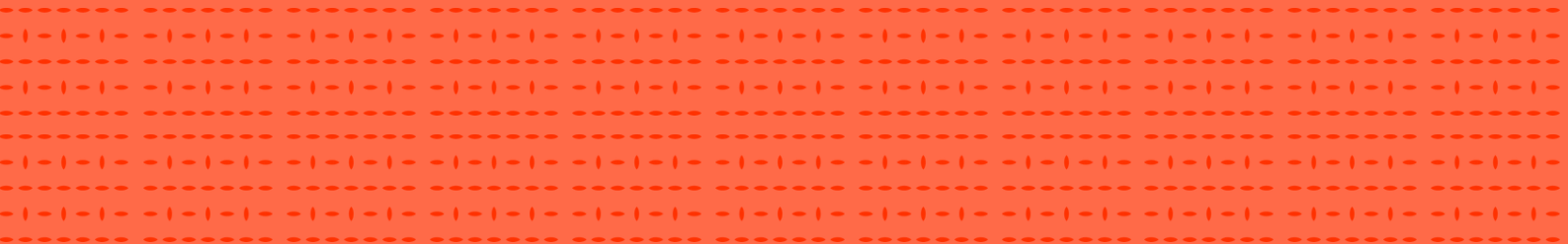
- **PL 2366/2020 e PL 510/2021** - podem resultar na legalização de grandes extensões de terras públicas que foram griladas na Amazônia até 2014.
- **PL 3279/2004** - propõe alterações às regras de licenciamento ambiental que dispensam o licenciamento ou permitem o autolicensing de diversas atividades que podem prejudicar o ambiente.
- **PL 191/2020** - pode permitir mineração e construção de hidrelétricas em TIs.
- **PL 490/2007** - determina que devem ter direito às terras consideradas ancestrais somente os povos que as estivessem ocupando no dia da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.
- **PL 6.299/2002** - facilita a aprovação e uso de mais agrotóxicos na produção de alimentos;
- **PL 5.544/2020** - regulamenta a prática da caça esportiva de animais no Brasil, podendo resultar na extinção dos mesmos [20].



Créditos: Na Lata



Desmatamento: e se nada muda?

- Redução significativa da capacidade de controle e combate ao desmatamento devido ao **desmonte ambiental**.
 - A **falta de fiscalização e impunidade do crime ilegal** contribuem para a agravação da situação. Atos como o garimpo ilegal de ouro, que culmina na invasão de terras e causa problemas de saúde, como a contaminação por mercúrio, se tornam mais comuns.
 - A **grilagem** avança sobre terras públicas não destinadas e não respeita nem aquelas terras já alocadas para fins específicos, como TIs e UCs, implicando em **ameaça aos direitos fundamentais de habitantes locais** e no **aumento dos conflitos com violência no campo**.
 - O não cumprimento de critérios e salvaguardas socioambientais aumenta a já **baixa credibilidade internacional** causada pelo desmatamento exacerbado e resulta em **poucos investimentos financeiros em desenvolvimento sustentável** na região.
 - Faltando incentivos em políticas públicas e recursos financeiros para a intensificação da produção agropecuária e para a transição a um modelo produtivo de baixo carbono, as más práticas agrícolas, incluindo abertura de novas áreas, se mantêm e aumentam.
 - Rápido e vertiginoso **aumento dos índices de desmatamento** florestal levam à **liberação de GEEs**, agravando as mudanças climáticas que exacerbam ainda mais a degradação da floresta.
 - Risco de extinção de espécies da fauna e da flora, desencadeando processos de **perda de biodiversidade** em outros biomas.
- 



Desmatamento: soluções

- Candidatos eleitos em nível nacional e subnacional no Executivo e no Legislativo podem retomar e implementar novas **políticas públicas de combate ao desmatamento**, que garantam monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia (como o PPCDAm).
- **Garantir o funcionamento de serviços ambientais** para o equilíbrio climático e do regime hidrológico, que asseguram a produção de alimentos, serviços de polinização, geração de renda e proteção da biodiversidade.
- Retomar iniciativas como o Fundo Amazônia e direcioná-las para projetos de combate ao desmatamento, o que pode atrair investimentos para o **desenvolvimento sustentável** da região.
- **Fortalecer o combate à grilagem** de terras públicas na Amazônia. Destinar florestas públicas para uso sustentável (como UCs e demarcação de TIs), garantindo a conservação do bioma.
- **Aumentar a fiscalização e o controle** para zerar o desmatamento ilegal, e **criar mecanismos de compensação** a proprietários de terras florestadas para reduzir o desmatamento legal.
- Fortalecer o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal para **avançar coletivamente** a agenda ambiental, social e climática, com parcerias público-privadas, com ações coordenadas a nível local e internacional.
- **Construir alianças multissetoriais** e geração de trabalhos verdes para o combate integrado às práticas ilegais ligadas ao desmatamento.



2. Qualidade de vida



O **desmatamento é prejudicial para o progresso social** e tem impactos econômicos e sociais, não apenas ambientais [21]. A Amazônia brasileira abriga cerca de 28,1 milhões de pessoas, que representam 13% da população e vivem tanto em centros urbanos, quanto em zonas rurais ou florestais [22].

De acordo com um estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que analisou o Índice de Progresso Social (IPS) das 772 cidades da Amazônia Legal, a média da região é 16% menor do que a média nacional. Além disso, a pesquisa mostra que **as cidades com maiores índices de desmatamento possuem os piores índices do IPS**. Conforme o estudo, os 20 municípios com as maiores áreas de floresta destruídas nos últimos três anos tiveram IPS médio de 52,38, valor 21% menor que o índice do Brasil. Exemplo disso é São Félix do Xingu (PA), que é o município brasileiro com mais emissões [23], e o segundo da região com maior índice de desmatamento recente, e possui um IPS muito baixo, estando na posição 552 dos municípios da região.

Uma forma de melhorar o IPS desses municípios é o incentivo ao desenvolvimento de atividades de baixo carbono, sustentáveis e aliadas à floresta em pé. **Desenvolvimento econômico não depende de desmatamento.**

Estudos comprovam que a intensificação da produção de commodities agropecuárias aumenta expressivamente a produtividade e que a conversão de áreas abertas e degradadas em lavouras geram renda sem a necessidade de remover mais vegetação nativa [24]. Além disso, **a grande diversidade amazônica e a implementação de uma bioeconomia compatível com a floresta e adaptada às vontades locais têm grande potencial de promover a geração de empregos, inclusão social e renda para a região.**

Um exemplo é o Pará: a TNC estimou que a sociobioeconomia do estado possui o potencial de gerar mais de R\$170 milhões em renda até 2040 [25].

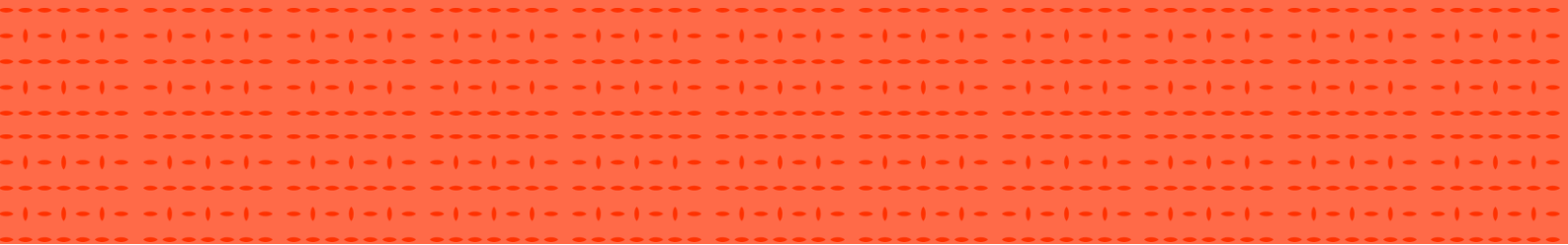
As práticas ilegais de desmatamento, de grilagem, de garimpo e de extração desenfreada e insustentável de recursos naturais também ameaçam e ferem os direitos das populações locais. A Amazônia abriga diversos **povos indígenas e tradicionais que são fundamentais para a manutenção da floresta em pé** e sofrem com as consequências do desmatamento e da invasão de terras.

Estima-se que, apenas no território Yanomami, há mais de 20 mil garimpeiros invasores atuando. Em 2021, duas crianças Yanomamis morreram por maquinário usado para garimpo na região. Outro desafio são as epidemias que assolam as comunidades locais, como a malária, e que foram trazidas pelos invasores das terras. Há também ampla contaminação por mercúrio, uma das substâncias utilizadas no garimpo de ouro, que já chega a níveis alarmantes em rios amazônicos, comprometendo a cadeia da biodiversidade e a saúde dos habitantes da região [26].

440 mil **indígenas** habitam a Amazônia [27] e 98,3% das TIs brasileiras estão na Amazônia. Elas **desempenham um papel fundamental na manutenção da integridade dos ecossistemas e no combate às mudanças climáticas**, pois funcionam como barreiras do desmatamento na Amazônia, com apenas 3% do desmatamento total em 2020. Ainda, o conjunto de UCs e TIs estocam cerca de 56% do carbono da Amazônia brasileira [28]. A manutenção e fortalecimento dos povos indígenas em suas terras é crucial para a garantia do equilíbrio climático regional.



Qualidade de vida: e se nada muda?

- Haverá aumento da intensidade e da frequência de **eventos climáticos severos**, como secas ou enchentes extremas.
 - Aumentará a **insegurança alimentar e nutricional**; e haverá redução de renda e **perda de oportunidades de geração de renda**.
 - Sem fiscalização, o **crime organizado será facilitado** elevando o índice de grilagem, garimpo e outras invasões.
 - **Desrespeito de direitos fundamentais de populações** que dependem da floresta para sobrevivência e subsistência aumentam a extinção da cultura dos povos originários e tradicionais.
 - **Agravamento de problemas de saúde** causados por fogo, desmatamento e mineração. Aumentam-se os casos de desnutrição, malária, contaminação por mercúrio e problemas respiratórios, sobretudo para a população da região, sobrecarregando o sistema de saúde local.
 - Piora dos índices socioeconômicos regionais levam ao **aumento de pobreza e desigualdades**.
- 



Qualidade de vida: soluções

- Manter a **estabilidade ambiental e climática** para a produção de alimentos, resultando em mais segurança alimentar e geração de renda.
- Proporcionar **financiamentos e políticas públicas de incentivo à economias verdes** resultam em geração de renda e de empregos, em redução de desigualdades e de concentração de renda e terra, além de melhorar as condições de vida e os índices socioeconômicos da região.
- Avançar rapidamente na **demarcação de TIs e na fiscalização** para reduzir conflitos fundiários, violência e invasão de terras dos povos originários, assegurando o fortalecimento da proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- **Cuidar do patrimônio cultural**, respeitar e valorizar as identidades, culturas e tradições de povos da região.
- Aumentar o controle e fiscalização para **reduzir doenças decorrentes da fumaça de queimadas, da contaminação de rios por mercúrio, de epidemias de malária e dengue**, reduzindo também a pressão sob o sistema de saúde.
- Barrar projetos de lei que estão em trâmite no Congresso Nacional e que representam potenciais impactos negativos à Amazônia, e **formular e implementar novas políticas públicas e leis para uma agenda positiva**.



3. Geopolítica

A emergência climática e as **ações do Brasil em relação à Amazônia** e ao desmatamento, para além da implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, se mostram **chave para o posicionamento do país na geopolítica**. O **Brasil já foi líder e exemplo global na área ambiental**. Não apenas por ser o país mais biodiverso do planeta e o primeiro a construir uma legislação ambiental robusta, mas também pelo pioneirismo no debate sobre clima.



O recente desmonte do Ministério do Meio Ambiente e a falta de fiscalização e controle na Amazônia prejudicam muito a imagem e a credibilidade internacional do Brasil [29]

Enquanto grande parte do mundo - União Europeia (UE), Estados Unidos, China, Grã Bretanha etc. - caminha em direção a uma economia verde e de baixo carbono, o Brasil tem ido em outra direção. Mas **quais rumos iremos seguir de agora em diante?**

Em 2021, a UE anunciou o **Pacto Verde Europeu**, que tem como objetivo sua neutralidade de carbono até 2050. O bloco é o terceiro maior importador de alimentos do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos e da China, e tem um **impacto considerável nas exportações brasileiras**. Grandes potências como a China, maior importadora dos produtos agrícolas brasileiros, e os Estados Unidos já sinalizaram ir na mesma direção. Entre as ações que refletem essa intenção, estão o anúncio da Cofco International (maior trading chinesa) de que toda a soja comprada do Brasil terá 100% de rastreabilidade até 2023 [30] e a iniciativa do presidente estadunidense Joe Biden de organizar a Cúpula dos Líderes pelo Clima, colocando a questão climática como central em seu governo.



No início de 2022, o Brasil foi formalmente convidado para iniciar negociações ao redor de sua **adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico** (OCDE). Esta é uma intenção do país desde o governo Temer, responsável pela realização do pedido de adesão. Entretanto, o ingresso brasileiro na organização ainda é incerto e está **condicionado à adoção de ações concretas para reduzir o desmatamento e mitigar as mudanças climáticas** previstas no Acordo de Paris. No âmbito econômico, integrar a OCDE poderia facilitar e estreitar relações do Brasil com os países membros, além de abrir espaço para eventuais acordos comerciais [31].

Ainda, o **Brasil é país signatário do Acordo de Paris**, documento assinado em 2015 na COP21 e em vigor desde 2016, que apresenta **compromissos pela descarbonização** do planeta. O Acordo aponta medidas para que a temperatura média do planeta não suba mais do que 2°C e tem força de lei internacional. O Acordo dispõe sobre mitigação e adaptação climática, redução de emissões por cada país, estruturação de mercado de carbono, entre outros [32]. O Acordo estipula as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), compromissos específicos que cada país assume de acordo com suas particularidades. No governo Dilma, quando foi assinado o Acordo, o Brasil assumiu como NDCs a redução de 37% das emissões de GEEs até 2025 em relação a 2005, e uma meta indicativa de 43% de redução até 2030. No governo Temer, as NDCs foram ratificadas no Congresso Nacional, passando a ter cumprimento obrigatório em território nacional e medidas foram adotadas em todos os setores para ajudar no cumprimento dessas metas. Já no governo Bolsonaro, as NDCs foram atualizadas, apresentando menor ambição - em que, na prática, o Brasil poderá chegar a 2030 emitindo 400 milhões de toneladas de CO₂ a mais do que originalmente acordado [33]. Na COP26, o governo brasileiro apresentou uma nova meta de redução de emissões para 2030, o **compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 e o objetivo de longo prazo de zerar emissões líquidas até 2050** [34].



Geopolítica: e se nada muda?

- Mantendo o atual modelo de expansão da fronteira agrícola, o país continuaria promovendo o desmatamento e desrespeito a territórios indígenas e áreas protegidas. O aumento de emissões não só **coloca em risco a produção de alimento**, mas **piora a crise climática** global.
 - Não cumprimento das NDCs e metas assumidas no Acordo de Paris e outras convenções internacionais leva à maior **perda de credibilidade do país no cenário internacional**.
 - **Seriam perdidos mais investimentos financeiros e tecnológicos**, dificultando a implementação de políticas socioambientais e climáticas que podem reverter o colapso climático.
 - Aplicação de **barreiras verdes, boicotes** a produtos associados ao desmatamento e **critérios socioambientais** partindo de países compradores de produtos brasileiros podem isolar o país e reduzir seu protagonismo na produção de alimentos em nível global.
 - Uma menor oferta de produtos alimentícios pode gerar aumento de preços dos produtos no mercado interno e **agravar pobreza, insegurança alimentar e desigualdades**.
 - O Brasil pode **perder oportunidades comerciais**, que poderiam dar acesso a novos mercados que tendem a adotar políticas coerentes com o desenvolvimento socioambiental.
 - Brasil pode **não ser aceito na OCDE**, definindo também o futuro das relações geopolíticas internacionais brasileiras.
- 

**Geopolítica:
soluções**

- [illegible]



EXPEDIENTE

Coordenação: Lucas Ramos

Pesquisa e texto: Olivia Zerbini e Patrícia Pinho

Edição: Ana Carolina Santos, Lays Ushirobira e Lucas Ramos

Diagramação: Lays Ushirobira

Julho de 2022